

**José Lúcio – e-GEO – Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional –  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa**

**Filomena Marques – e-GEO – Centro de Estudos de Geografia e Planeamento  
Regional – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de  
Lisboa**

### *A Pobreza em Lisboa na I República*

#### **Enquadramento**

A passagem da Monarquia Constitucional para a I República<sup>1</sup> apresentou uma mudança de regime, significativa, pois pela primeira vez na história do nosso País, abandonamos o cargo vitalício e hereditário de um Rei e passamos a assumir o cargo de um Presidente da República, com mandatos temporários.

A Revolução Republicana não foi uma surpresa para a Monarquia Portuguesa, pois desde o *Ultimatum* Inglês<sup>2</sup>, em 1890, que a contestação era sentida nas ruas e os republicanos ameaçaram, por diversas vezes, derrubar a Monarquia.

Em 31 de Janeiro de 1891 deu-se um “levantamento militar”, como forma de protesto às cedências do governo monárquico, aos ingleses, e o abandono, por parte de Portugal, do Mapa Cor-de-Rosa<sup>3</sup>. Iguamente, a “Intentona do Elevador”, em 28 de Janeiro de 1908, deu lugar a um golpe de estado frustrado. Uns dias mais tarde (1 de Fevereiro de 1908) ocorreu o Regicídio, acontecimento que marcou profundamente a História de Portugal e dos portugueses – a vida em República.

---

<sup>1</sup> Período de tempo entre 5 de Outubro de 1910 e Maio de 1926. Em 28 de Maio de 1926 acontecia uma sublevação militar de cariz nacionalista – o “Golpe de 28 de Maio de 1926”, que pôs termo à Primeira República Portuguesa, levando à implantação da auto-denominada Ditadura Nacional, transformada, anos mais tarde, e com a aprovação da Constituição de 1933, em Estado Novo. Este regime manteve-se no poder até ao dia 25 de Abril de 1974.

<sup>2</sup> Foi um ultimato do governo britânico, entregue a 11 de Janeiro de 1890, que exigia a Portugal a retirada das forças militares do território compreendido entre as colónias de Moçambique e Angola, com a desculpa de ter existido um incidente entre portugueses e Macololos. Esta zona era reclamada por Portugal, e tinha sido incluída no famoso Mapa Cor-de-Rosa, clamando, a partir da Conferência de Berlim, uma faixa de território que ia de Angola a Moçambique. A cedência de Portugal às imposições britânicas, foi humilhante e os republicanos portugueses responsabilizaram o Rei e o respectivo governo por tal facto, e, como consequência, o governo caiu.

<sup>3</sup> “(...)esta expressão (...) vem do facto de estar assinalada com aquela cor um mapa anexo ao tratado assinado em 1886 entre Portugal e a Alemanha.(...) A Inglaterra, logo que soube do mapa que estava junto ao tratado com a Alemanha, protestou. A área colorida incluía (...) regiões em que a Inglaterra tem um interesse excepcional. (...) São as que formam hoje a Rodésia e a Zâmbia (...)”(Saraiva, 1978:317).

## A Pobreza em Lisboa na I República

A instauração do regime republicano, em Portugal, tornava-se cada vez mais patente, sobretudo depois da vitória absoluta do Partido Republicano nas eleições municipais, daquele mesmo ano, em Lisboa, quando conseguiram todos os lugares de “vereador”, na capital. A forte influência clerical na monarquia portuguesa e os sucessivos escândalos denunciados pela imprensa republicana levaram à instauração da República no dia 5 de Outubro de 1910, tendo como presidente do primeiro governo provisório o professor Teófilo Braga.

De acordo com José Hermano Saraiva, este governo provisório assegurou o comando dos destinos do país “(...) enquanto a nova Constituição não foi elaborada e, entre outras reformas, decretou a lei da família, a lei do divórcio, a lei da separação da Igreja e do Estado, e criou as Universidades de Lisboa e do Porto (...)”. (1978:324).



Fig.1 – Principais acontecimentos no dia 5 de Outubro de 1910 (Lisboa)

Os dez anos seguintes foram caracterizados como um período de grandes agitações e convulsões sociais. Os Republicanos defrontam-se, em lutas internas pelo poder, dando origem a duas grandes correntes republicanas – uma, de inspiração socialista, defendendo reformas radicais na estrutura política de Portugal; a outra, moderada, procurava a adequação das expectativas de outras nações europeias, com o objectivo de conquistar o reconhecimento da nova conjuntura política do País.

De acordo com João Serra, o Partido Republicano Português (PRP) “(...) desmembrava-se em três partidos: era criado o Partido Democrático, de Afonso Costa; em 24 de Fevereiro de 1912, António José de Almeida fundava o Partido Evolucionista e, dois dias depois, Brito Camacho fundava a União Republicana. A República que se seguiu ao desmembramento do PRP não evoluiu para o bipartidarismo, como outrora o rotativismo parlamentar monárquico, em vez disso, prevaleceu o multipartidarismo, dominando o Partido Democrático. A partir daqui a sucessiva saga de governos não ia parar: o 1º governo constitucional de João Pinheiro Chagas pouco mais durou que dois meses (...)” (2009: 93-148). Aliás, os governos caem constantemente e o cenário político português, desse período, foi marcado por uma grande instabilidade política, tornando-se Portugal como o País mais instável, da Europa.

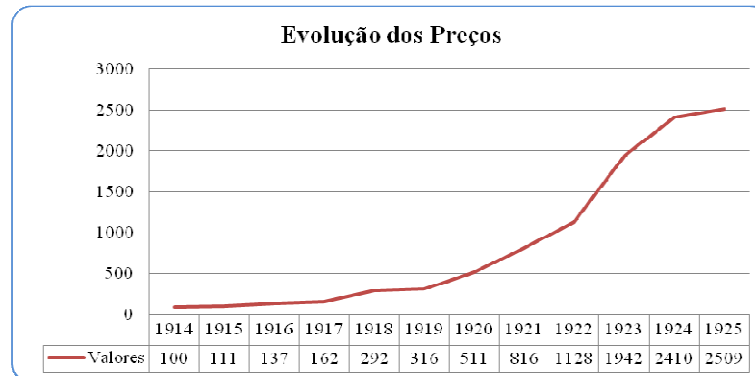
Esta foi a tônica dominante durante os 16 anos da I República e, nesta época, como refere Oliveira Marques, “(...)sucederam-se: 7 Parlamentos, 8 Presidentes da República, 46 governos (...)” (1973:404, 409-410), com dois períodos de ditadura (1915 e 1917-1918) e diferentes mudanças de ministros “(...)68 Ministros da Fazenda/Finanças (1910-1926), 19 Ministros do Fomento (1910-1917), 41 Ministros de Trabalho (1916-1925), 22 Ministros do Comércio (1917-1921), 47 Ministros da Agricultura (1918-1926), 6 Ministros de Abastecimento (1918-1919), 3 Ministros de Subsistência e Transporte (1918), 22 Ministros do Comércio e Comunicações (1921-1926)(...)” (Rollo, 2009:532). Foi uma fase caracterizada por um anticlericalismo radical, cujos símbolos maiores foram a abolição do ensino religioso nas escolas, em 1910, e a lei que instaurava a separação da Igreja e do Estado português.

## A Pobreza em Lisboa na I República

Tal instabilidade política originou uma gestão extremamente deficiente, que dilatou a dívida externa de Portugal, e fez aumentar o custo de vida cerca de trinta vezes entre os anos de 1914 a 1925, conforme análise do Gráfico1.

Para termos a noção da gravidade do aumento do preço dos bens essenciais, que grassava por todo o país, foi apresentada, por Lopes Martins, em 24 de Setembro de 1914, uma Moção<sup>4</sup>, numa sessão extraordinária, na Câmara Municipal do Porto, cujo assunto principal desta reunião era “(...)a actual crise alimentícia devida ao excessivo preço dos géneros de primeira necessidade(...)”<sup>5</sup>

Gráfico 1 – Evolução dos preços dos produtos, no período de 1914 a 1925



Fonte: Anuário Estatístico

Lopes Martins teceu um conjunto de considerandos, na sua Moção, designadamente na “ (...) dificuldade e relutância que os comerciantes, especialmente armazenistas, (...)” demonstravam em diminuir os preços da venda “(...)dos géneros de maior necessidade de consumo (...)” e propôs que a Câmara Municipal do Porto reclamasse ao Governo a “(...) Absoluta proibição de exportação para o estrangeiro, tanto por via terrestre como marítima, de géneros alimentícios, gados e combustíveis, preceituada no Decreto de 4 de Agosto último, exportação que todas as informações afirmam estar diariamente realizando-se, especialmente pela fronteira, a despeito da sã doutrina desse Decreto.(...)”



Fig. 2 – Alguns confrontos entre operários e a Polícia

<sup>4</sup> Esta Moção foi aprovada por unanimidade.

<sup>5</sup> Fonte: Direcção Geral de Arquivos - Torre do Tombo, Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, 1.ª Repartição/1.ª Secção (segurança pública), Março 53

## A Pobreza em Lisboa na I República

Enquanto os consecutivos governos continuam a luta pelo poder, instala-se uma profunda crise económica que afecta a população e origina lutas do operariado português, que demora em ver chegar as tão proclamadas reformas sociais e económicas. O povo passa fome, porque não possui dinheiro para adquirir os bens essenciais (quando os há!), pois, e de acordo com o Anuário Estatístico de Portugal, o custo de vida sobe 192,7%, entre 1914 e 1918 (Gráfico 1), com o início da Primeira Guerra Mundial, e “(...) a moeda desvalorizou-se, (...) a inflação galopante subverteu as pequenas economias.(...) As receitas públicas não foram actualizadas na medida da desvalorização, o que criou enormes dificuldades de tesouraria e o empobrecimento das remunerações. Os operários, enquadrados por organizações sindicais (...), usaram a greve como instrumento de luta pela melhoria do salário (...)”(Saraiva, 1978:328) e contra o aumento da carestia de vida, vivendo-se assim, um clima de tensão social motivado por este movimento do operariado.

Quadro nº 1 - Distribuição de algumas greves por profissões (1870-1912)

Profissões	Número de greves
Calafates	1
Fragateiros e catraeiros	19
Tipógrafos e afins	17
Tanoeiros	16
Operários tabaqueiros (a)	6
Alimentação	5
Vestuário e calçado	22
Indústria têxtil e lanifícios	59
Marceneiros	9
Construção civil	10
Cortadores de carnes	9
Corticeiros	22
Estivadores e descarregadores	13
Padeiros	3
Metalurgia	22
Cerâmica (oleiros)	8
Operários vidreiros	87
Pescadores	6
Conservas	42
Transportes (marítimos, ferroviários, diversos)	28
Trabalhadores rurais (b)	1
<b>Total</b>	<b>294</b>

(a) Todas na década de 1870.

(b) Só em 1912 e 1913.

Fonte: Oliveira, César, *Os limites e a ambiguidade: o movimento operário português durante a guerra de 1914-18*.

Da leitura do Quadro nº 1, podemos atestar as referidas convulsões sociais<sup>6</sup>, verificando que, num espaço temporal de cerca de 40 anos, existiram 294 greves. Os operários ligados aos sectores “vidreiro” e do “têxtil”, foram aqueles que efectuaram um maior número de greves, com 87 e 59, respectivamente. Durante a primeira República existiram duas grandes greves gerais, uma em 1912 e a outra em 1918. A primeira teve início com a paralisação dos “Trabalhadores Rurais”, no Alentejo, e

<sup>6</sup> As greves eram, normalmente, acompanhadas de uma certa “escaramuça” contra as tentativas de repressão governamental.

## A Pobreza em Lisboa na I República

alastrou-se e contagiou todo o país. Em 1918 começou com os “Trabalhadores Ferroviários”, mas, o governo com receio que alastresse ao resto do país, foi travada pelo Exército que ocupou as estações de caminho de ferro.

De acordo com Fernando Rosas, um dos “erros capitais” da I República foi o facto de os sucessivos governos não cumprirem as promessas da sua propaganda, especialmente equiparar “(...) o lock out ao direito à greve, retomou a proibição ou o não reconhecimento legal da confederação sindical, e, logo a partir das greves conserveiras de 1911, lançou regularmente a tropa contra as reivindicações operárias, denunciadas sempre, a partir daí, como instrumentos de subversão monárquica e clerical (...)”. (Rosas, 2010:90)

O motivo principal destas greves era a reivindicação de melhores condições de vida/trabalho, especialmente a redução do número de horas de trabalho, as circunstâncias em que trabalhavam, por exemplo, nas fábricas e oficinas, e o aumento dos salários. Os orçamentos das famílias eram tão baixos que não conseguiam fazer face à carestia de vida.

Em Silves, a situação dos operários corticeiros era de tal forma preocupante que tiveram necessidade de enviar um ofício ao Governo referindo que “(...)É verdadeiramente aflitiva a situação da classe operária desta cidade, e tal é a carência de trabalho e de meios (...) que traduz de um modo muito resignado o desespero e fome de muitas famílias.(...)”<sup>7</sup>

No “Verão Quente” de 1917, os trabalhadores, desesperados com fome, assaltam os armazéns <sup>8</sup>“(...)onde os açambarcadores faziam os géneros esperar uma nova alta de preços (...)e, com as restantes classes desapossadas e desesperadas da sociedade portuguesa, que viviam em comum o flagelo da subsistência(...)”, conduziram-nos a uma greve geral contra a carestia de vida, que foi “(...) o movimento mais alargado levado a cabo pela central sindical, e possivelmente o momento de maior agitação social a que a Primeira República Portuguesa assistiu (...)”.(Pereira, J.D., 2009:423).

Foi neste contexto que surgiram os “novos-ricos”, que fizeram as suas fortunas assentes em “negócios pouco claros”, especulando os preços, nomeadamente, dos géneros alimentícios.

A revolta das populações era de tal forma violenta que a repressão era desmesurada e, em diversas ocasiões, o estado de sítio foi declarado, com recolher obrigatório. Ao longo da década, iniciada em 1910, muitas centenas de pessoas foram presas e, é neste ambiente de “guerrilha”, que a população portuguesa vive o seu dia-a-dia.

---

<sup>7</sup> Fonte: Direcção Geral de Arquivos - Torre do Tombo, Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, 1.ª Repartição/1.ª Secção (segurança pública), Março 47

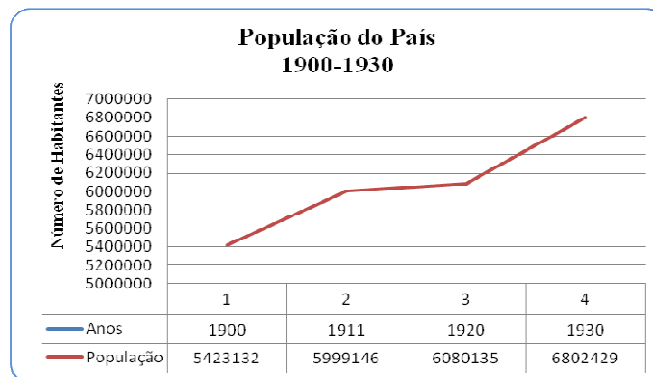
<sup>8</sup> Em Maio de 1917, adveio a *Revolução da Batata*, que consistiu num assalto generalizado, por todo o país, a mercearias, armazéns e outros estabelecimentos de artigos de primeira necessidade, acompanhado de motins e tumultos, e de acções de retaliação por parte da burguesia e dos proprietários.

## A população de Portugal

No período em análise podemos afirmar que a população portuguesa, em Dezembro de 1911 (data em que foi realizado o *Censo Populacional*), rondaria os seis milhões de habitantes (5 999 146 pessoas). Da leitura do Gráfico 2 podemos apurar que, dez anos depois (1920), o crescimento demográfico foi pouco mais de um por cento e, tal facto, deve-se, essencialmente, a três ordens de factores: i) vagas migratórias de 1911-1913; ii) a guerra; iii) e as epidemias de 1918 e 1919 que “(...) levaram umas sessenta mil almas (...)” (Oliveira Marques, 2010:15).

As vagas migratórias de um país, em ciências sociais e humanas, conduzem-nos a uma problematização sobre a concentração dos homens, em determinados territórios: seja dentro do país, ou no estrangeiro. Procuram, normalmente, obter ganhos, tanto económicos, como simbólicos. É, assim, para o investigador, um bom indicador do nível de vida, das injustiças sociais e do desenvolvimento económico de um país e/ou região e a emigração, em Portugal, era a via mais seguida pelos que procuravam fugir à pobreza e, se nos detivermos na variável “origem dos emigrantes”, reconhecemos que o maior número é oriundo do mundo rural, mais precisamente de Trás-os-Montes, Minho, Douro, Beira Litoral e Beira Alta, onde são predominantes os pequenos proprietários, e, a pobreza era muito acentuada.

Gráfico 2 – População de Portugal entre 1900 e 1930



Fontes: Marques da Silva, F., (1971), *O Povoamento da Metrópole Observado através dos Censos*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa e *Instituto Nacional de Estatística (1971), A Cidade do Porto: Síntese Estatística (1864-1968)*, Lisboa, (pp. 14 e 15).

Atentos ao Quadro nº 2, podemos afirmar que “(...)só em 1912 saíram de Portugal quase 90 mil pessoas (...), em 1913 largaram uns 80 mil e já em 1911 a fuga quase atingira sessenta mil. Em três anos, o país perdera em proveito sobretudo do

## A Pobreza em Lisboa na I República

Quadro nº 2 - Emigração em Portugal entre 1910 e 1925

Anos	Número de Emigrantes
1910	39 502
1911	59 652
1912	88 920
1913	77 633
1914	25 722
1915	19 314
1916	24 879
1917	15 689
1918	11 853
1919	37 138
1920	64 783
1921	24 597
1922	39 595
1923	40171
1924	29 710

Fonte: *Anuário Estatístico*

*Brasil 226 mil almas, uns 3,7% da sua população total (...)*(Oliveira Marques, 2010:17). Os Estados Unidos constituíram o segundo destino preferencial dos portugueses e, logo a seguir à Guerra, sucederam-se a Argentina e a Venezuela. Como refere Magalhães Godinho, “(...) *não há dúvida que, desde o termo desta (...) Guerra Mundial, Portugal se lançou em nova debandada emigratória, só comparável à do derradeiro quartel do século XIX (...)*” (Magalhães Godinho, 1977:47).

A Guerra foi uma grande “devoradora” de vidas humanas e, como refere Oliveira Marques, a guerra “(...) *arrecadou, entre mortos e incapacitados por ferimentos e doenças, mais de 10 mil portugueses da Metrópole, todos eles homens válidos, todos eles na força da vida e da procriação. Não admira que o crescimento demográfico tivesse baixado dos quase dez por cento de 1900-1911 para pouco mais de um por cento na década imediata (...)*” (Oliveira Marques, 2010:15), como podemos verificar no Gráfico 2. Só a partir de 1920 é que se verifica um verdadeiro crescimento da população portuguesa.

A participação de Portugal, na Primeira Grande Guerra, ao lado dos aliados, agravou os conflitos sociais (eram frequentes os assaltos a armazéns e lojas, onde existiam produtos de primeira necessidade), a carestia de vida, a carência alimentar e também situações de fome. Além do agravamento das condições de vida da população, a sua situação sanitária, também se deteriorou.

As epidemias ou surtos epidémicos, como a varíola febre tifóide, tifo e desintéria, foram um outro factor causador de muitas mortes, e, como se verifica no

## A Pobreza em Lisboa na I República

Quadro nº 3 Taxas de Natalidade, Mortalidade e Mortalidade Infantil  
(por 1000 habitantes)

Ano	Nascimentos	Óbitos	Mortalidade Infantil
1900	30,47	20,34	10
1901	31,23	20,86	10
1902	31,88	19,63	16
1903	32,88	20,05	16,6
1904	31,45	18,70	16,6
1905	32,00	19,91	16,5
1906	32,00	21,91	15,7
1907	30,50	19,65	15,5
1908	30,15	19,93	14,9
1909	29,85	19,18	15,4
1910	31,63	19,14	14,6
1911	38,60	21,96	22,4
1912	34,59	19,90	36,2
1913	32,98	20,59	39,5
1914	31,76	19,32	42,3
1915	31,89	19,93	42,3
1916	31,11	20,83	42,3
1917	30,45	21,54	41,8
1918	28,79	40,18	46,5
1919	27,61	24,20	42,8
1920	34,06	23,90	43,9

Fonte: *Anuário Estatístico*.

Quadro nº 3, as taxas de Mortalidade da População eram muito elevadas. E, especialmente, em 1918, as Taxas de Mortalidade (40,18) e Mortalidade Infantil (46,5) foram das mais elevadas deste período histórico, com “(...) *mais de 60 mil mortos causados pela epidemia do pneumónica e às muitas outras dezenas de milhares provocados pela geral degradação das condições de saúde (...)*” (Telo, 2010:25).<sup>9</sup>

Tais factos deveram-se às más condições de vida da população, com uma alimentação paupérrima (o pão era caro, e, o peixe, carne, manteiga, entre outros, detinham preços elevados devido aos impostos e taxas alfandegárias), com uma má qualidade do alojamento, sobretudo nos “grandes” centros urbanos. Para termos a noção do preço dos alimentos, podemos mencionar que um litro de leite correspondia a 18% do salário de um operário e, uma dúzia de ovos era o equivalente a 60%. O salário médio, diário, em 1917, era de 60 réis e, em 1924, era de 8\$50.

A população urbana em Portugal era muito reduzida, concentrando-se, sobretudo, em Lisboa e Porto.

<sup>9</sup> Houve quem atribuísse a “introdução” da pneumónica, em Portugal, aos trabalhadores rurais, portugueses, vindos de Espanha, onde tinham procurado trabalho.



## A Pobreza em Lisboa na I República

Quadro n.º 4 - População do país, população urbana, população de Lisboa e do Porto, 1900-1930

Ano	População do país	População urbana	Lisboa	Porto
1900	5 423 132	859 753	356 009	167 955
1911	5 999 146	1 127 420	431 738	191 890
1920	6 080 135	1 213 216	484 664	202 310
1930	6 802 429	1 488 763	591 939	229 794

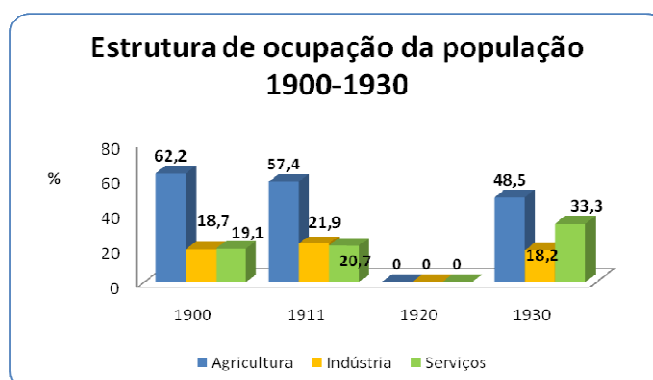
**Fontes:** Marques da Silva, F., (1971), *O Povoamento da Metrópole Observado através dos Censos*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa e *Instituto Nacional de Estatística (1971), A Cidade do Porto: Súmula Estatística (1864-1968)*, Lisboa, INE (pp. 14 e 15).

De acordo com António José Telo, em 1890, só existiam 11 centros urbanos com mais de 10 mil habitantes, representando 11,3% do total da população do País. Nos Censos da População de 1911 vivia cerca de 13,08% da população, ou seja 780 000 portugueses.

Da análise do Quadro n.º 4 podemos concluir que Portugal era um País esmagadoramente rural. Lisboa era o maior centro urbano, com um crescimento de cerca de 200 000 pessoas entre 1900 e 1930. Era uma população analfabeta, proveniente das zonas rurais, que procurava emprego nas grandes cidades, mas que aqui vivia em condições infrahumanas, em casas insalubres, sobrelotadas, que necessitavam de “apoio social” para poderem sobreviver na grande cidade..

A população, no Portugal de 1911, ocupava-se, maioritariamente da agricultura – 57,4%, o que correspondia a um total de população activa de 1 442 364 indivíduos.

Gráfico 3 – Estrutura de Ocupação da População entre 1900 e 1930



Fonte: Anuário Estatístico

Esta população “(...) dividia-se em 106 490 indivíduos que constituíam o proletariado agrícola (7,3 cento do total), 771 325 que equivaliam a semiproletários agrícolas (53,5%), 532 134 que eram camponeses pobres (36,8 por cento) e 32 415 que totalizavam os camponeses médios, ricos e latifundiários (2,2 por cento).(...)”(Pereira, :82). Os grandes problemas económicos, relativos ao encarecimento do pão, deviam-se ao facto de um pequeno grupo de latifundiários deterem os melhores terrenos para a produção de cereais.

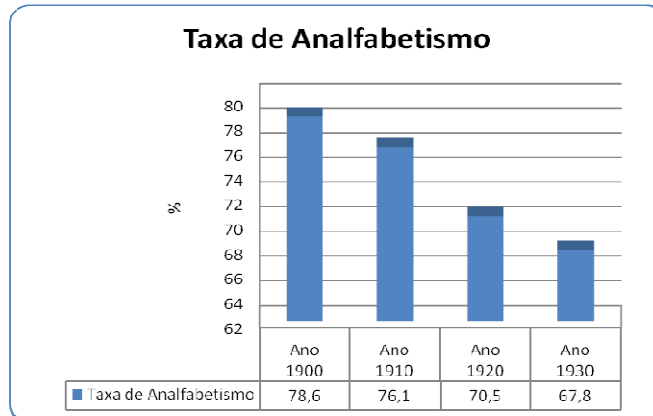
## A Pobreza em Lisboa na I República

Neste período da História de Portugal – 1910 a 1926 – não existia uma grande indústria, sendo a de conservas de peixe a que mais cresceu, aumentando, enormemente as exportações. No entanto, a maior parte da nossa indústria propunha-se, apenas, abastecer o mercado interno e o das Colónias Portuguesas. A percentagem de pessoas que trabalhava neste sector de actividade, em 1911, era de apenas 21,9%, tendo ainda decrescido em 1930, para 18,4%. A indústria têxtil era aquela que concentrava um maior número de operários. “(...) *A maior parte das unidades da indústria transformadora era de dimensão familiar, ou artesanal, exercida em casa ou em pequenas oficinas que não usavam energia mecânica (...) muitos estabelecimentos industriais tinham uma ligação directa com a agricultura, fazendo um aproveitamento básico dos produtos agrícolas. (...) É importante salientar que, embora o número de activos na indústria diminua durante a República, o número de operários cresce muito, o que aponta para uma regressão do numeroso artesanato, com um paralelo crescimento da indústria (...)*”. (Telo, 2010:37-38).

Os “Serviços” foram dos que mais subiram, durante a I República, passando para o segundo lugar, nos sectores de actividade. Os caixeiros e os lojistas que faziam parte do “comércio” trabalhavam num dos sectores mais importantes dos serviços.

A Taxa de Analfabetismo, em Portugal, no início do século era muito elevada, quase cerca de 79%, quantidade que se concentra, sobretudo, nas áreas rurais, pois nas cidades os números de analfabetos são inferiores. Se pretendêssemos construir o Índice de Desenvolvimento Humano, do nosso País, não seria brilhante, pois o desenvolvimento humano é caracterizado pelo “nível de instrução” de um povo.

Gráfico 4 – Taxa de Analfabetismo entre 1900 e 1930



Fonte: Anuário Estatístico

No entanto, os sucessivos governos republicanos promoveram políticas de educação importantes, com ordem a elevarem o “nível de instrução” do povo português. As 5 500 escolas primárias que existiam, em Portugal, em 1910, subiram para 6 900, em 1920 e, em 1930, para cerca de 7 000.

Era necessário formar professores primários e, para o efeito, foram criadas as Escolas Superiores Primárias que tiveram um aumento de alunos, ao longo dos anos.

As Escolas de Enfermagem, Universidades Livres e Universidades Populares, entre outras, foram, igualmente, uma prioridade.

## A Pobreza em Lisboa na I República

Com estas políticas, a I República reduziu em 10% a taxa de analfabetismo, de 1900 a 1930.

Podemos concluir que o Portugal da I República era um país rural, analfabeto, subdesenvolvido,

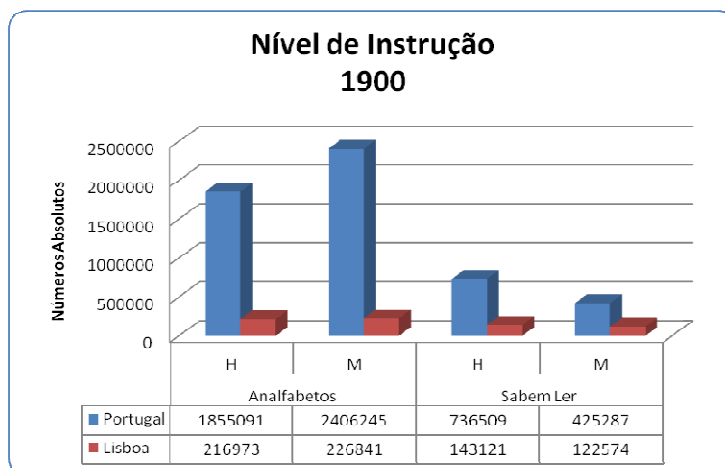
### A pobreza em Lisboa

De uma forma geral, para a definição de indicadores de pobreza existe um debate sobre as duas principais abordagens: i) aquela que privilegia o conceito de pobreza baseado na insuficiência de rendimentos, e por conseguinte indicadores que se traduzem nas linhas de pobreza, utilizados, designadamente pelo Banco Mundial, como é o caso da população sobreviver com dois dólares/dia; ii) e a que se baseia na satisfação das necessidades básicas, utilizando o Índice de Pobreza Humana (IPH). O Banco Mundial utiliza os indicadores sintéticos do IPH e IDH.

Baseados nas estatísticas disponíveis desta época é impossível ter em linha de conta estas duas abordagens, e tivemos que nos socorrer das existentes, nomeadamente “nº de utilizadores das cozinhas económicas”, “nº de pessoas que dormiam no Albergue Nocturno”, “nível de instrução”, “Média de ocupação de um fogo”. Por exemplo, foi quase impraticável encontrar o “salário médio”, entre outros que são necessários para construir estes indicadores sintéticos.

Sabemos que no início do Século, o analfabetismo era um pouco maior nas mulheres, do que nos homens, tanto em Portugal, como em Lisboa. No entanto,

Gráfico 5 – Número de Analfabetos e Pessoas que sabem Ler, em Portugal e na Cidade de Lisboa, em 1900

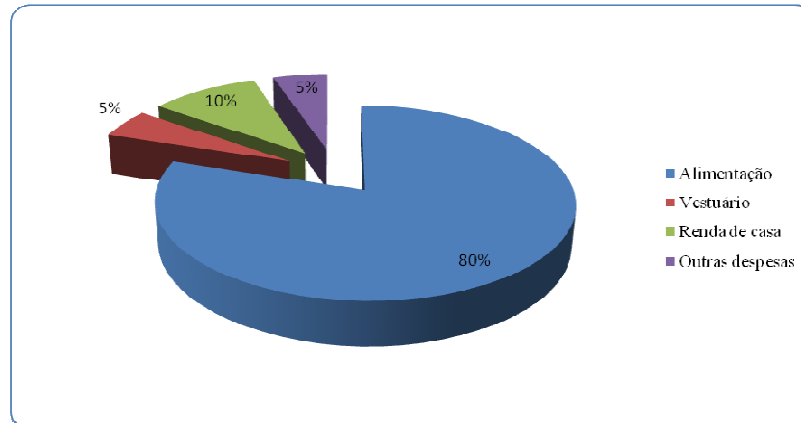


noutras cidades da Europa, o analfabetismo nas grandes cidades não era tão acentuado, como o que se fazia sentir em Lisboa, revelando estes valores o tipo de população urbana, da capital do nosso País. (Gráfico 5)

Conseguimos recolher, ao longo da pesquisa bibliográfica, alguns dados que nos permitem construir o Gráfico 6 e afirmar que uma família operária, em 1910, despendia 80% do seu

## A Pobreza em Lisboa na I República

Gráfico 6 – Gastos de uma família operária em 1910



salário em alimentação, 10% na renda da casa e igual percentagem (5%) para vestuário e outras despesas do agregado familiar (Gráfico 6). Estes números são reveladores da grossa fatia que as famílias tinham que desembolsar na compra dos géneros alimentícios, pois como já foi referido, além da escassez eram muito caros. É por esta razão, entre outras, que a população tinha que recorrer a respostas de carácter assistencialista, para proverem à maior das necessidades básicas – a alimentação, como é o exemplo das *Cozinhas Económicas* e da *Sopa dos Pobres*.

A Sociedade Protectora das Cozinhas Económicas de Lisboa foi criada em 1893, por Maria Luísa de Sousa Holstein Beck – Duquesa de Palmela – com o intuito de ajudar a população carenciada, especialmente os operários, com refeições a preços módicos. “(...) Entre 1893 e 1897, abriram em Lisboa cinco cozinhas económicas: uma na Travessa do Forno aos Prazeres (Cozinha n.º 1, 1893), a primeira a abrir, outra nos Anjos (Cozinha n.º 2, 1894), uma terceira em Alcântara (Cozinha n.º 3, 1895), outra em Xabregas (Cozinha n.º 4, 1896) e a quinta no Cais de Santarém, na Ribeira Velha (Cozinha n.º 5, 1897). (...)” (Mantas, 2010:10), foram, assim criadas a um ritmo de uma por ano. A Cozinha da Ribeira Velha, de acordo com as “estatísticas” de 1913, era aquela que registava um maior número de utilizadores. Em 1906, foi aberta a sexta, na Rua de S. Bento.

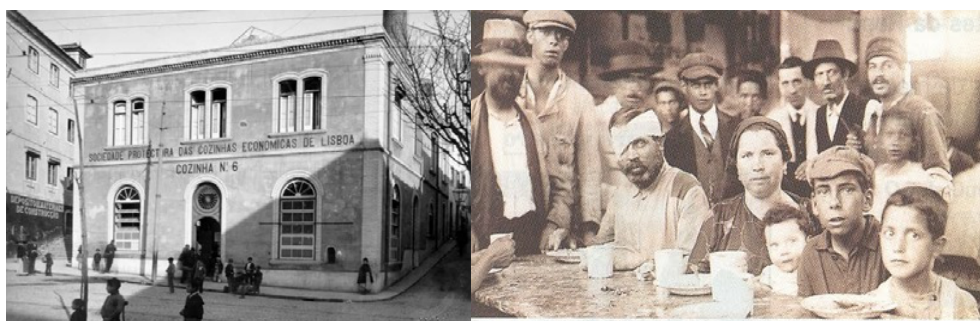


Fig. 3 – S.P. das Cozinhas Eco. de Lisboa, Cozinha n.º 6, R. S. Bento e respectivos utilizadores  
Arquivo Municipal de Lisboa, AFML – A 875

De acordo com Helena Mantas, a gestão destas cozinhas era assegurada pelas Irmãs Hospitaleiras Portuguesas, mas, com a implantação da República e os seus ideais anticlericais, existiu uma perseguição ao clero e Igreja Católica, tendo sido expulsas as ordens religiosas do País, em 1910. Assim, no dia cinco de Novembro de

## A Pobreza em Lisboa na I República

1910, data em que foi realizada a Assembleia Geral da Sociedade Protectora das Cozinhas Económicas, foi determinada a sua extinção.

No entanto, as cozinhas económicas estiveram pouco tempo encerradas, pois, ainda em 1910, o Governo Provisório nomeou a Comissão Administrativa da Sociedade Protectora das Cozinhas económicas, para que desse continuidade a este trabalho.

De acordo com Fátima Pinto, estas Cozinhas recebiam, do Estado, um subsídio de 50%, sendo o restante assegurado por doações de filantropos, em dinheiro e géneros, e pelo pagamento das senhas de refeição, pelos utilizadores.

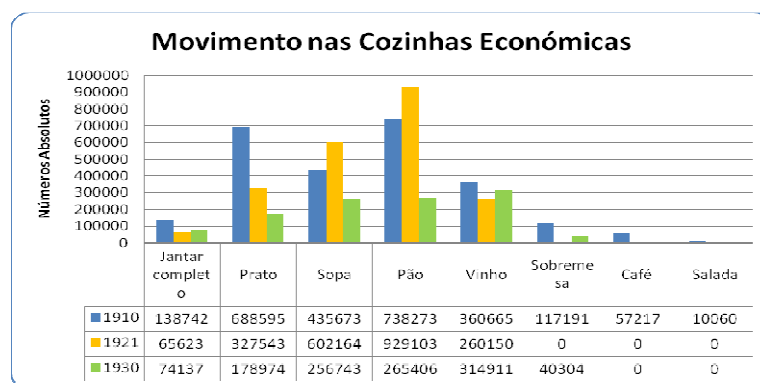
Quadro nº 4 Tipo de Refeições e respectivo preço das Senhas (em Réis)

	Preços das Senhas (em Réis)
Jantar completo	90
Prato	40
Sopa	20
Pão	10
Vinho	20
Sobremesa	10
Café	10
Salada	20

Fonte: Anuário Estatístico

O tipo de refeições era constituído por uma refeição completa, composta por sopa, o prato, salada, pão, vinho, sobremesa e café, com o preço de 90 réis, ou os clientes tinham outras escolhas mais económicas, como por exemplo optarem, apenas, por uma sopa e/ou pão.

Gráfico 7 – Movimento nas Cozinhas Económicas entre 1910 e 1930



Fonte: Anuário Estatístico

O Gráfico 7 demonstra-nos que, em 1910, apenas 138 742 utilizadores compraram a senha correspondente ao *menu* completo. O maior número de senhas vendidas corresponde ao “pão” (738 273), logo seguida do “prato”, com 688 595.

Se nos atrevermos a fazer uns cálculos grosseiros, recordando os dados constantes do Quadro nº4, referente à população de Lisboa, em 1911,( 431 738 pessoas), e as senhas vendidas, para um “jantar completo”, em 1910,( 138 742

## A Pobreza em Lisboa na I República

senhas), poderíamos afirmar que cerca de 32% da população de Lisboa recorria a uma refeição completa, nestas Cozinhas Económicas, revelando-se como um indicador importante para medir a pobreza.

Numa análise, global e comparativa, destes dados recolhidos pelos três Censos, podemos afirmar que de 1910 a 1930 houve uma diminuição acentuada na venda de senhas para o “jantar completo”, passando de 138 742 a 74 137, respectivamente. De salientar o grande número de senhas vendidas, em 1921, para a “sopa” (602 164) e “pão” (929 103).

Estes dados podem querer demonstrar-nos que poderiam existir outras alternativas a estas Cozinhas, ou os sucessivos Governos da I República implementaram serviços de assistência pública, para os mais carenciados da cidade de Lisboa.

Com o agravamento das condições de vida e escassez/carestia de alimentos, durante a I Guerra Mundial, e de acordo com Fátima Pinto, o jornal *O Século* criou, em Abril de 1917, a *Sopa para os Pobres*, com a ajuda das paróquias. Para angariar fundos, para manter este apoio aos mais pobres, o Jornal organizava espectáculos de beneficência, como festas e touradas. Outras iniciativas filantrópicas, idênticas, espalhavam-se pela cidade.

A *Obra de Assistência 5 de Dezembro* foi criada por Sidónio Pais, em 1918, através do Decreto n.º 4 031, de 30 de Março de 1918, que visava constituir uma Comissão Central para o “*estabelecimento e administração das sopas económicas dentro da cidade de Lisboa*”. Esta Obra visava a “*(...)resolução de problemas candentes e graves, e nessa medida, o programa previsto extravasava a mera fundação de sopas para os pobres porque se isso já era muito ainda não era tudo. (...) iniciaremos a guerra à miséria doirada, que é, porventura a mais trágica, criando cozinhas económicas que forneçam, pelo mínimo, sopa e o chamado “prato do meio”. Assim, tiraremos a essa assistência o carácter de esmola. Outras coisas de grande monta tencionamos fazer, como seja a protecção aos velhinhos desamparados e às crianças abandonadas. Enfim, é o combate metódico e porfiado à fome (...)*”.<sup>10</sup> Com esta medida, o número de cozinhas, em Lisboa aumentou para 35.

Tal como ocorreu um pouco por todas as principais cidades da época, o “processo de industrialização” que se verificou, provocou em Lisboa, uma concentração populacional de origem diversificada. A carência habitacional que se fez sentir atingiu proporções elevadas, tendo desencadeado o aparecimento de habitações sem condições mínimas de habitabilidade. Neste contexto, e até ao final dos anos 20, a participação estatal, pressionada pelos discursos higienistas, rege-se ou pela repressão e demolição das habitações cuja falta de condições de salubridade e higiene é extrema, ou ainda pela definição de medidas de carácter legislativo, que entretanto acabaram por apoiar a iniciativa privada e favorecer o sector imobiliário.

Em Xabregas, Alcântara e Belém surgem áreas de cariz industrial, em torno das quais desenvolvem-se numerosos pátios e vilas operárias, “*(...) surgiram assim os ‘pátios’ e mais tarde as ‘vilas’(...)*”,(Serra ,2002:168). Este tipo de habitação era de iniciativa privada ou caridosa e filantrópica. Para uma “*(...) força de trabalho móvel, para quem os rendimentos flutuavam (...)* as casas de aluguer eram as mais adequadas e os

---

<sup>10</sup> Entrevista do alferes Eduardo Ferreira da Silva (colaborador desta iniciativa) ao jornal *A Situação*, narrando como nasceu esta Obra 5 de Dezembro, citado por Armando Malheiro da Silva.

## A Pobreza em Lisboa na I República

*senhorios eram pequenos capitalistas dispersos, comerciantes locais, construtores civis, (...)*. (Guerra, 2001:55)

Em 1913, assiste-se a uma crise da habitação, nas grandes cidades, verificada pelo grande êxodo rural devido à industrialização, onde se agravaram as condições de alojamento para as classes trabalhadoras. Como demonstram os dados do Quadro n.º 5, havia uma sobrelotação dos alojamentos, cerca de cinco pessoas, por fogo. Atendo a que a dimensão dos fogos era reduzida, as questões da salubridade ganhavam dimensões importantes.

É regulamentada “(...) a *Lei do Inquilinato de 1910, que procura dificultar as acções de despejo e limitar a actualização de rendas, mesmo no caso de novos contratos, medida que em 1919 ganharia mais amplitude com o congelamento das rendas através da renovação obrigatória dos respectivos contratos (...)*” (Serra,2002:169, citando Gonçalves,1978 e Silva,1994).

Quadro n.º 5 – População de Lisboa, número de fogos, número de pessoas por fogo, 1900-1930

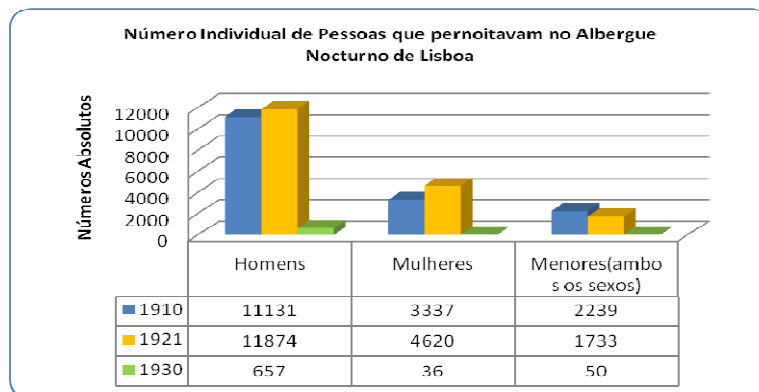
Ano	População	Número de fogos	Pessoas por fogo
1900	356 009	77 805	4,57
1911	431 738	92 986	4,64
1920	484 664	101 630	4,76
1930	591 939	-	-

**Fonte:** Manuel Vicente Moreira, (1950), *Problemas da Habitação — Ensaios Sociais*, Lisboa, p. 336.

Através do Decreto-Lei nº 4 137, de 24 de Abril de 1918, promove-se o primeiro esboço de habitação social, com a “ (...) *construção de casas económicas destinadas ao alojamento de classes menos abastadas (...) procurando atender às dolorosas condições de vida de grande número de trabalhadores. Tentando aliciar tanto o sector privado como as instituições da Previdência, esta iniciativa acabaria por ser concretizada apenas pelo Estado, dando mais tarde origem aos Bairros do Arco do Cego e da Ajuda, em Lisboa, (...)*”,(Serra, 2002:169), pois o sector privado entendia que não era lucrativo construir com os condicionalismos impostos pelo Estado, através de legislação, no que respeita ao valor das rendas.

## A Pobreza em Lisboa na I República

Gráfico 8 – Número Individual de Pessoas que pernoitavam no Albergue Nocturno de Lisboa entre 1910 e 1930



Fonte: Anuário Estatístico

Assim, a política de habitação estatal revelava-se contraditória e manifestamente insuficiente, face às necessidades de uma industrialização que começava a emergir e que precisava de “acomodar” operários que detinham salários muito baixos, recorrendo muitos deles aos Albergues Nocturnos, para dormir e tomar uma refeição quente (Gráfico 8).

Da análise do Gráfico 8, podemos mostrar que existiu uma diminuição de dormidas, entre 1910 e 1930, que poderá ser interpretado como “não necessidade” de recorrer a este tipo de “apoio social”, ou os governos republicanos promoveram um conjunto de respostas sociais que responderam a estes grupos, nomeadamente a Assistência às crianças e Jovens.

Sabemos que I República procedeu a uma reforma profunda dos serviços de assistência pública, e, na Constituição de 1911, era consagrado o “direito à assistência pública, embora de uma forma embrionária, a qual foi posteriormente reorganizada. O Estado apenas coordenava as instituições privadas de ajuda e de beneficência. Fazia-se um combate à mendicidade, mas não às suas causas. Prevalencia a beneficência de caridade.

Em 1919, foi criado o *Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral*, integrado no Ministério do Trabalho, encarregue da coordenação dos organismos públicos e inspecção das instituições privadas de intervenção social. Este Instituto foi extinto em 1927. Foi substituído pela *Direcção-Geral de Assistência*, dependente do Ministério do Interior. Esta Direcção tinha como principal objectivo organizar, administrar e fiscalizar as instituições dela dependente. Mais tarde, em 1914, tinha também como uma das competências passar atestados de pobreza, para a admissão de indigentes em instituições.

**Podemos concluir que a assistência social, na I República, não obstante diversas iniciativas manteve-se muito ligada a um combate à mendicidade e à manutenção da ordem pública, não tendo sido capaz de combater as causas profundas da pobreza urbana que afectavam profundamente a população do país e, em particular, da Cidade de Lisboa.**



### Conclusões

Não obstante as dificuldades, as contradições, as lutas internas, a conturbação política, a I República deixou, também, uma herança positiva no domínio da melhoria das condições de vida da população pobre:

- A) Criação de asilos e escolas infantis
- B) Aumento do número de hospitais
- C) Aumento de creches
- D) Criação de Maternidades
- E) Cozinhas Económicas
- F) Leis Sociais do Trabalho

Os dezasseis anos (1910 – 1926) que duraram a I República foram particularmente cruéis para a população mais fragilizada: o atraso estrutural do desenvolvimento económico português, a I Guerra Mundial e as suas consequências, a sucessão de epidemias (tifo, pneumonia, gripe, varíola), as deficientes condições habitacionais, constituíram outros tantos motivos para agravar um quadro de vida já de si muito dramático.

As medidas e as leis de natureza social a que se fez referência, representaram iniciativas de carácter nobre mas que, em muitos casos (leis sociais do trabalho), não tiveram aplicação universal.

Pensamos, no entanto, ser importante afirmar que a leitura que se pode e deve fazer do esforço desenvolvido pelos Republicanos, no domínio social, durante o período compreendido entre 1910 e 1926 terá, sempre, que ser contextualizado em função de, pelo menos, cinco questões – chave que se colocavam ao País no princípio do Século XX:

- A) O atraso económico do País face a outras nações europeias;
- B) Uma ruralidade profunda
- C) Uma situação dramática de iliteracia generalizada
- D) Condições de alimentação muito deficientes
- E) Um quadro global de vida carregado de elevadas dificuldades e restrições

Deste modo, os limites do progresso social por parte da Primeira República terão, sempre, de ser contextualizado em função da pesada herança recebida no final da primeira década do Século XX.

### **BIBLIOGRAFIA:**

Guerra, I.(2001), “Um Olhar sociológico sobre o alojamento”, *in Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 24, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

Magalhães Godinho, V., (1977), *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Editora Arcádia, S.AR.L., Lisboa.

Mantas, H.A, (2010), “Cozinhas Económicas. Pão, Ordem, Saúde e Higiene Pública”, *in Sociedade Solidária*, nº 24, Ano XIII, SCML, Lisboa (pp. 10 a 21).

Marques da Silva, F., (1971), *O Povoamento da Metrópole Observado através dos Censos*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Moreira, M. V., (1950), *Problemas da Habitação — Ensaios Sociais*, Lisboa.

Oliveira, César, *Os limites e a ambiguidade: o movimento operário português durante a guerra de 1914-18*, in ‘Análise Social’, Vol. X (4º), nº 40’, 1973, p. 790-811.

Oliveira Marques, A.H. de (1973), *História de Portugal*, Vol. 1, Palas Editores, Lisboa.

Oliveira Marques, A.H. (1978) *História da 1ª República Portuguesa: as estruturas de base*, Iniciativas Editoriais, Lisboa.

Oliveira Marques, A.H. de (2010), *A Primeira República Portuguesa*, Texto Editores, Lisboa.

Pereira, D. (2009), (Coords., Rosas, F. e Rollo, F.), “A Sociedade”, *in História da Primeira República Portuguesa*, Edições Tinta-da-China, Lisboa.

Pereira, J.D., (2009), (Coords., Rosas, F. e Rollo, F.), “ A Ofensiva Operária”, *in História da Primeira República Portuguesa*, Edições Tinta-da-China, Lisboa.

Pinto, M.F., (1999), *Os indigentes entre a assistência a repressão. A outra Lisboa no 1.º terço do século*, Livros Horizonte, Lisboa.

Rollo, M.F., (2009), (Coords., Rosas, F. e Rollo, F.), “ Economia e Inovação: derivações em cenário de crise”, *in História da Primeira República Portuguesa*, Edições Tinta-da-China, Lisboa.

Rosas, F. (2010), *Porque venceu e porque se perdeu a I República*, Bertrand Editora, Lisboa.

Saraiva, Hermano José (1978) *História Concisa de Portugal*, Edições Europa-América, Lisboa.

Serra, J.B., (2009), (Coords., Rosas, F. e Rollo, F.), “O 5 de Outubro”, *in História da Primeira República Portuguesa*, Edições Tinta-da-China, Lisboa.

Serra, N., (2002), *Estado, Território e Estratégias de Habitação*, Coimbra, Quarteto Editora.

## A Pobreza em Lisboa na I República

Silva, A. M., (2006), *Sidónio e Sidonismo, Vol. 2, História de um caso político*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Telo, A.J., (2010), *Primeira República I – Do Sonho à Realidade*, Editorial Presença, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (1971), *A Cidade do Porto: Súmula Estatística (1864-1968)*, Lisboa, (pp. 14 e 15).

Outras Fontes:

Arquivo Fotográfico de Lisboa.

Direcção Geral de Arquivos - Torre do Tombo, Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, 1.<sup>a</sup> Repartição/1.<sup>a</sup> Secção (segurança pública), Março 47.

Direcção Geral de Arquivos - Torre do Tombo, Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, 1.<sup>a</sup> Repartição/1.<sup>a</sup> Secção (segurança pública), Março 53.

Instituto Nacional de Estatística, Recenseamentos Gerais da População, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística, Anuário Estatístico Português de 1908 a 1926.